



Correio Manhã

19-02-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 115581

Temática: Diversos

Dimensão: 1801 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/8/9

**RELATÓRIO
DA OCDE**

ALERTA PARA CORRUPÇÃO EM PORTUGAL LIMPA CASOS REAIS

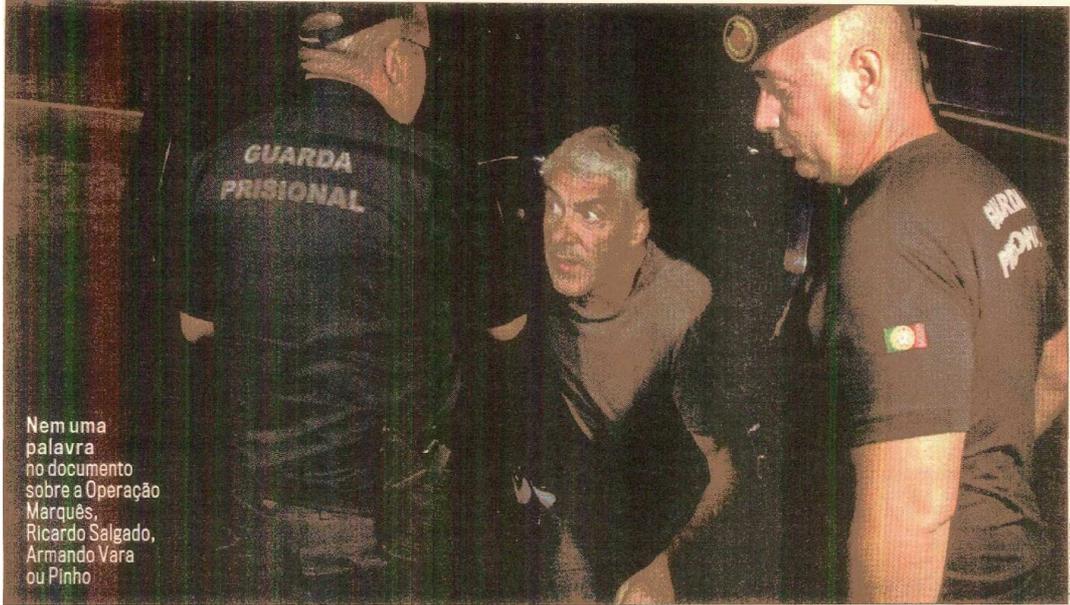
P.8 E 9



PORTUGAL EM XEQUE

CONTAS | MANTER CONSOLIDAÇÃO
A OCDE, cuja sede é em Paris, indica, no seu relatório, que Portugal deve "melhorar a sustentabilidade orçamental e a estabilidade financeira" e "manter a consolidação orçamental gradual, a fim de garantir a redução da dívida pública". Para a organização, Portugal enfrenta riscos no futuro.

ESTUDO DA OCDE SOBRE PORTUGAL



Nem uma palavra no documento sobre a Operação Marquês, Ricardo Salgado, Armando Vara ou Pinho

- PORMENORES**
- Combate à corrupção**
A OCDE defende que deve ser mantida a prioridade no combate à corrupção e ao suborno nos setores público e privado.
 - Formação especializada**
Os magistrados do Ministério Público devem continuar a receber formação especializada para combater a corrupção.
 - Taxas mais elevadas**
O aumento das taxas judiciais pode reduzir a litigância. Por cada 100 habitantes, entram três processos nos tribunais.

A figura ausente de quem se falou

Álvaro Santos Pereira, coordenador da OCDE para relatórios sobre Portugal e ex-ministro de Passos Coelho, não esteve presente na conferência de imprensa. Angel Gurría disse que "não gostaria que esta fosse sobre Álvaro em vez de Portugal".



Álvaro Santos Pereira, ex-ministro

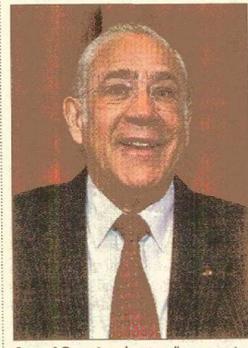
Relatório limpou casos incómodos

CORRUPÇÃO Documenta pedido de reforço dos poderes do Ministério Público e registo atualizado de interesses de governantes e políticos **JUSTIÇA** Processos cíveis demoram 33 meses na 1ª instância

MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO / ANTONIO SÉRGIO AZENHA
O relatório económico da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) arasa a Justiça portuguesa, pede melhorias no combate à corrupção, mas não se atreve a dar um único exemplo concreto. Num País que tem um antigo primeiro-ministro que já esteve preso preventivamente, um banqueiro indiciado por 21 crimes, um ex-ministro da Economia investigado e um antigo governante a cumprir uma pena de prisão de cinco anos por tráfico de influências, nem a palavra Marquês, nem BES nem

Face Oculta são mencionadas. Valeu o "incómodo" manifestado pelo Executivo de Costa sobre uma versão preliminar do relatório, onde Álvaro Santos Pereira, ex-ministro da Economia e atual diretor do Departamento de Estudos da OCDE, queria dar mais destaque aos casos polémicos da Justiça.
MAIS MAGISTRADOS PODEM NÃO TORNAR A JUSTIÇA MAIS EFICIENTE
 Mesmo assim, o documento não deixa de referir que "o sistema judicial português é ineficiente e lento", um processo cível demora, em média, 33

meses na 1ª instância, e um processo de trabalho 11 meses. Segundo a OCDE "os orçamentos e os juizes podem ser mais bem distribuídos pelo País", mas um aumento do número de magistrados não "trará mais eficiência ao sistema". No que se refere ao combate à corrupção (reduzida a três páginas num documento de 139), recomenda-se o reforço dos poderes do Ministério Público, e o estabelecimento de um registo eletrónico atualizado de interesses para governantes, políticos e quadros superiores do Estado.



Angel Gurría admitiu a "controvérsia" do documento sobre Portugal

Versão "provocou controvérsia" mas foi tudo resolvido

O secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, admitiu ontem que a versão preliminar do relatório provocou "alguma controvérsia", mas salientou que tudo decorreu dentro da normalidade das práticas da instituição e que a abordagem ao tema da corrupção foi igual há que é feita para os restantes países do Mundo.

PROPOSTAS | **MINISTRO RECONHECE**

O ministro Adjunto e da Economia afirmou ontem que o Governo reconhece muitos dos problemas apontados e sugestões feitas pela OCDE, mas frisou que são propostas da instituição que o Executivo "não tem necessariamente de seguir". Para Pedro Siza Vieira, as propostas "são da responsabilidade da OCDE".



ESTADO | **ENDIVIDAMENTO O ELEVADO PESO DA DÍVIDA PÚBLICA CONTINUA A LIMITAR A CAPACIDADE DO ESTADO PARA FAZER FACE A FUTUROS CHOQUES ECONÓMICOS, SUBLINHA A OCDE.**

DÍVIDA | **ALERTA PARA MÁRIO CENTENO**

A OCDE prevê que, se Portugal abrandar a consolidação das contas públicas e não compensar os custos decorrentes do envelhecimento, a dívida pública poderá ser superior a 140% do PIB, em 2050. Apesar de elogiar a redução do rácio da dívida pública face ao PIB, a mensagem é um alerta ao ministro da Finanças, Mário Centeno.



Economia marcada por abrandamento

A OCDE prevê um abrandamento no crescimento da economia portuguesa. Para 2020, o PIB deverá crescer 1,9%, contra os 2,1% previstos pelo Governo.

Bem-estar continua abaixo da média

A economia portuguesa registou um bom desempenho, nos últimos anos, mas a OCDE sublinha que o bem-estar da população continua abaixo da média.



O agravamento dos impostos sobre os combustíveis, em especial sobre o gasóleo, permitirá um crescimento económico mais ecológico, defende a OCDE

Imposto sobre diesel deve ser agravado

A OCDE defende o aumento dos impostos sobre os combustíveis, em especial do imposto sobre o gasóleo. Com esta sugestão, a organização liderada por Angel Gurría acaba por ter uma posição semelhante à do Governo português, que aumentou o imposto sobre os produtos petrolíferos em 2016.

Para a OCDE, o aumento dos impostos sobre os combustíveis permitirá um crescimento económico mais amigo do ambien-

te. Segundo o estudo, a subida desses impostos poderá ter um impacto orçamental positivo de 1,4% do PIB. O aumento do imposto sobre o gasóleo surge associado a uma política de incentivo ao uso de transportes públicos. Para a OCDE, "há espaço para aumentar os impostos ambientais dado que o preço doméstico de alguns fontes de energia não refletem o custo ambiental do seu uso", nomeadamente o carvão e o gás natural.

ORGANIZAÇÃO DEFENDE INCENTIVO AO USO DE TRANSPORTES PÚBLICOS